

Ata de Reunião

Comitê de Tecnologia da Informação - CTI

Ata nº 01/2018

Data: 02/02/2018 – 13h

Local: 24º andar do Edifício Sede



**Tribunal Regional do Trabalho
da 2ª Região**

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

PRESENTES

Nome	Lotação
Desembargadora Cândida Alves Leão	
Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho	
Hilda Maria Francisca de Paula	Vice-Presidência Administrativa
Nivaldo Catania	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira (SCOF)
Marcio Nisi Gonçalves	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)
Márcio Vinícius Gimenes Milan	Coordenadoria Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC (CAPGTIC/Setic)

PAUTA PREVISTA

ID	Tópico
1.	Visita ao Datacenter
2.	Orçamento 2018
3.	Revisão do PDTIC 2016-2018
4.	Processos de Trabalho do Plano de Contratações de TIC
5.	RedeJT – Planilha de Preços
6.	Reavaliação de Acordos de Nível de Serviço – ANSs
7.	Documentação de Projetos

A Desembargadora Cândida deu início à reunião passando a palavra ao Diretor Marcio Nisi que convidou os participantes a conhecer as dependências e a estrutura do *Datacenter* do Edifício Sede.

1. Visita ao Datacenter

Durante a visita ao Datacenter a equipe da Setic esclareceu as dúvidas do Comitê a respeito dos equipamentos que suportam os recursos tecnológicos do Tribunal.

2. Orçamento 2018

Para discussão do tema orçamentário, juntou-se aos presentes o diretor Nivaldo Catania que explicou a respeito da sistemática de descentralização de recursos orçamentários que foi

alterada para o exercício de 2018. Explanou que os recursos, que anteriormente eram descentralizados, foram incluídos no orçamento geral de modo que o processo foi bastante simplificado. Marcio Nisi explicou que os recursos permanecem com destinação já definida.

Nivaldo ressaltou que foram incorporados R\$ 4.424.488,00, além do montante de R\$ 27.700.233,00, inicialmente destinados às ações de TIC do TRT.

O Diretor Marcio explanou a respeito da planilha apresentada ressaltando que a grande parte das alterações presentes na tabela representam reduções de custos em relação à previsão inicial, ocasionadas em sua maioria em razão de aquisições realizadas no final de 2017 utilizando o orçamento disponibilizado no ano passado.

Em relação ao item Serviço de Instalação de microcomputadores portáteis, Marcio Nisi explicou que se houver a sinalização positiva em relação ao fornecimento de equipamentos aos assistentes dos Magistrados, haveria a necessidade da contratação do serviço de instalação correspondendo ao valor de R\$ 93.660,00, ponderando que seria recomendado a contratação também de internet móvel para utilização nos equipamentos. Comitê concordou com a contratação e solicitou a manutenção do item na previsão orçamentária.

Marcio Nisi destacou ainda a redução da previsão orçamentária para a contratação do serviço de monitoramento 24x7 em razão da alteração do escopo da aquisição, liberando parte dos recursos inicialmente previstos para remanejamento.

Prosseguindo na explicação a respeito da planilha apresentada, sinalizou que os itens em que a linha está destacada em vermelho na tabela, representam os recursos que de alguma forma já estão autorizados em função de contratos já estabelecidos ou aquisições já aprovadas.

O Diretor da Setic explanou ainda que, em razão da liberação de parte dos recursos previstos, algo ao redor de R\$ 8.500.000,00, foram propostos novos projetos de TIC que aprimorariam os processos da área, bem como a infraestrutura técnica e prosseguiu apresentando os principais itens propostos. Destacou a respeito da aquisição de fitas de backup e a aquisição de licenças de Microsoft Office, este último em razão da descontinuidade da garantia de compatibilidade com a versão 10 do Windows que está sendo distribuída nos equipamentos dos usuários. Ressaltou no entanto, que a eventual aprovação das novas despesas apenas garante que os estudos técnicos possam ser iniciados, e que a viabilidade econômica e técnica seria avaliada posteriormente apoiada no resultado dos estudos. A respeito da proposta de aquisição de ferramenta para gerenciamento do LDAP, destacou que o *software* substituiria a intervenção manual de um servidor com custo significativamente inferior correspondendo a um montante estimado de R\$ 5.000,00. Nivaldo ponderou que o total previsto para a contratação das novas demandas supera a sobra orçamentária, no entanto parte dos valores seriam requisitados ao CSJT por meio de descentralização orçamentária. Marcio Nisi sugeriu que os itens "Modernização da rede SAN" e "Comutadores topo de rack para Sede e Fórum Ruy Barbosa" que teriam os recursos solicitados ao CSJT sejam avaliados posteriormente. Recomendou ainda que o item "Compra de 160 licenças de software para virtualização de redes VMware NSX Enterprise" que representa o maior investimento dessa lista estimado em R\$ 7.700.160,00 seja avaliado em reunião futura, destacando que encaminhará ao Comitê para apreciação a documentação pormenorizada que fundamenta a aquisição. Nivaldo ressaltou que excetuando-se os 3 itens citados, haveria previsão orçamentária suficiente para a manutenção dos outros itens. Comitê concordou com a sugestão e autorizou que os demais itens sejam mantidos. Foi solicitado à Setic que os novos investimentos tenham seus custos separados em despesas correntes e de capital, a fim de se tomar as medidas pertinentes para se obter a disponibilidade dos recursos necessários.

Para a discussão dos demais temas, restaram presentes a Desembargadora Cândida Alves Leão, o Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho, Hilda Maria Francisca de Paula, Marcio Nisi Gonçalves e Márcio Vinícius Gimenes Milan.

3. Revisão do PDTIC – 2016 – 2018

Marcio Nisi apresentou as mudanças solicitadas na última reunião do Comitê. Márcio Milan destacou que a principal alteração diz respeito ao item 4 – Custeio e Investimentos em que uma breve descrição foi adicionada, bem como um link para o portal da transparência em que será possível acompanhar a execução orçamentária relacionada às ações previstas. O diretor da Setic ressaltou que a portaria que estende a vigência do PDTIC até o final de 2018 já está em processo para publicação, no entanto não há prejuízo em relação à revisão apresentada, uma vez que a portaria garantirá a continuidade do processo de revisão periódica. O Comitê aprovou o documento e autorizou sua publicação.

4. Processos de Trabalho do Plano de Contratações de TIC

Marcio Nisi lembrou que a documentação dos processos foi entregue ao Comitê na última reunião ocasião em que foi brevemente explanado os pontos principais que são abordados por ele. O Comitê aprovou o processo e autorizou sua publicação.

5. RedeJT – Planilha de Preços

Marcio Nisi explicou os critérios gerais utilizados para dimensionamento dos links das comarcas na licitação conduzida pelo TRT4. Comitê solicitou que seja verificada a possibilidade de ampliação do *link* de Guarulhos e da ampliação do link da Unidade administrativa I para 1024Mb. O diretor da Setic ressaltou que o tema foi tratado e aprovado previamente como Comitê por e-mail e que foi inserido em pauta para que sejam documentadas as tratativas já realizadas. O Comitê anuiu no sentido de formalizar a concordância com os critérios utilizados na aquisição, sem prejuízo as solicitações supracitadas.

6. Reavaliação de Acordos de Nível de Serviço – ANSs

Marcio Nisi explicou a importância de se estabelecer os Acordos de Nível de Serviço, bem como a necessidade de gerir os ANSs por meio de ferramenta de gestão. Apresentou os documentos relacionados aos serviços: Internet, Armazenamento de Arquivos em Rede, TRT Mail e E-mail. O Comitê concordou com os termos dos acordos apresentados e os assinou.

7. Documentação de Projetos

Marcio Nisi explicou que o projeto PDTIC-010/2016 - Realizar estudo para embasar a revisão da estrutura do quadro de TIC foi finalizado em razão da reestruturação de TIC ocorrida por meio do Ato GP nº 24/2016. Explicou ainda que o projeto PDTIC-008/2016 - Definir o processo de elaboração do Plano de Contratações de TIC consolida-se com a aprovação do Processo na data atual pelo Comitê. Após a análise da documentação apresentada os membros do Comitê assinaram os artefatos entregues. 

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Assuntos Gerais

Juiz Carlos Abener questionou a respeito das ações previstas para capacitação dos Magistrados e Servidores em relação ao PJe 2.0. Marcio Nisi explicou que capacitações dessa magnitude, envolvendo praticamente todo o Tribunal, são realizadas por meio da modalidade de ensino a distância produzida pela EJUD. Será solicitado à Presidência que avalie junto ao Grupo Técnico do Comitê do PJe, a viabilidade da confecção de vídeos tutoriais para disseminação dos conhecimentos necessários à operação da nova versão. Foi solicitado ainda o encaminhamento junto a EJUD para que sejam realizadas ações de capacitação relacionadas ao AUD 3.0.

O Comitê anuiu no sentido de encaminhar à Presidência as minutas sugeridas dos Atos GP 14/2015 e Portaria GP 68/2015.

A próxima reunião foi pré-agendada para 02/03/2018, às 13h.



Id	Pendências	Responsável	Prazo
2.1	Encaminhar ao Comitê a documentação que embasa o pedido de contratação das licenças de software para virtualização de redes Vmware NSX Enterprise	Setic	Próximo CTI
2.2	Encaminhar ao CTI e a SCOF documento classificando as despesas da nova proposta entre correntes e capital	Setic	Próximo CTI
3.1	Publicação do novo PDTIC	Setic	Próximo CTI
4.1	Publicação dos Processos de Trabalho do Plano de Contratações de TIC	Setic	Próximo CTI
5.1	Verificar a possibilidade de ampliação do link de Guarulhos e da ampliação do link da Unidade Administrativa I para 1024Mb	Setic	Próximo CTI
Assuntos Gerais 1	Solicitar à Presidência que avalie com o Comitê do PJe, a viabilidade da confecção de vídeos tutoriais para disseminação dos conhecimentos necessários à operação do Pje 2.0	CTI	---
Assuntos Gerais 2	Solicitar à EJUD ações relacionadas à capacitação para o AUD 3.0	CTI	---
Assuntos Gerais 3	Encaminha à Presidência as minutas sugeridas do Ato GP 14/2015 e da Portaria GP 68/2015	CTI	---

Ass. de

DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO
COORDENADORA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho

JUIZ CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
JUIZ DO TRABALHO